

# *Superior Tribunal de Justiça*

**HABEAS CORPUS Nº 535.317 - MG (2019/0286285-6)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**ADVOGADOS : NÁDIA DE SOUZA CAMPOS - MG059101**  
**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**PACIENTE : LOURIVALDO DE SOUZA**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

## **DECISÃO**

**LOURIVAL DE SOUZA** alega sofrer coação ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** (Agravos n. 1.0024.18.011846-8/001).

O Juízo das Execuções deferiu ao paciente o indulto previsto no Decreto Presidencial n. 8.615/2015, afastada a hediondez do delito de tráfico privilegiado.

A Corte local deu provimento ao recurso ministerial e cassou o benefício.

Nas razões desta A Defensoria Pública explica que o crime não possui natureza equiparada à hedionda quando há incidência do art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006.

Requer a declaração do benefício.

### **Decido.**

O paciente cumpre pena em regime fechado pela prática de **tráfico privilegiado**. Iniciou o resgate da reprimenda e, em 25/12/2015, já havia cumprido mais que 1/3 da pena. Sobreveio, então, pedido de indulto da 1ª Execução, formulado com base no Decreto n. 8.615/2015.

O Juiz deferiu o pedido, pois "o tráfico privilegiado não é crime equiparado a hediondo" (fl. 25).

# Superior Tribunal de Justiça

O Tribunal de Justiça reformou o *decisum*, nos seguintes termos:

***In casu*, o reconhecimento da hediondez do delito pelo qual condenado o agravante não passa por quaisquer causas modificativas do cumprimento de pena eventualmente ocorridas durante a Execução, impossibilitando, então, acolher, agora, qualquer alteração uma vez operada a coisa julgada (fl. 74, grifei).**

Desde 23/6/2016, prevalece o entendimento adotado pelo **Plenário do Supremo Tribunal Federal**, no julgamento do **HC n. 118.533/MS**, de que o tráfico com a redução de pena prevista no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006 não deve ser considerado crime de natureza hedionda, ou seja, não se harmoniza com a qualificação de hediondez dos delitos previstos no *caput* e no § 1º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006.

Este Superior Tribunal alterou sua compreensão sobre o tema e passou a adotar idêntico entendimento, inclusive **cancelou a Súmula n. 512**, em observância ao que foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal.

Não há razões para insistir em tese contrária, em homenagem ao **princípio da segurança jurídica**. A observância aos precedentes garante ao jurisdicionado a certeza do posicionamento do Judiciário em relação a determinada matéria posta em juízo e evita, com isso, a proliferação de decisões contraditórias (muitas vezes oriundas de um mesmo juízo ou tribunal). A interpretação uniforme das leis faz com que exista uma ordem jurídica mais coerente, mais estável, com maior previsibilidade quanto à interpretação adotada pelo Poder Judiciário.

Aliás, o Código de Processo Civil privilegia a adoção de um sistema de vinculação aos precedentes, de modo que os tribunais deverão uniformizar sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente, nos termos do seu art. 926, *caput*. **Com esses objetivos, mesmo os precedentes fixados por meio do controle difuso de constitucionalidade devem, em princípio, ser observados.**

**Assim, não possui natureza hedionda o delito previsto no art. 33, *caput* e § 4º, da Lei n. 11.343/2006.**

# Superior Tribunal de Justiça

Se o Decreto n. 8.615/2015, ao elencar as pessoas que não seriam alcançadas com as benesses nele previstas, o fez à semelhança do rol proibitivo previsto na Constituição Federal, também é razoável a conclusão de que o rol do art. 9º não engloba aqueles indivíduos que foram condenados por tráfico de drogas e foram beneficiados com a causa especial de diminuição de pena prevista no § 4º, tal como o ora paciente.

Em julgamento que também analisou o Decreto Presidencial n. 8.615/2015, a Sexta Turma assim decidiu a controvérsia, com lastro em razões às quais adoto por expressa referência, *in verbis*:

[...]

1. Ainda que o art. 5º, XLIII da Constituição Federal não mencione, expressamente, a impossibilidade de concessão de indulto aos condenados pela prática do crime de tráfico de drogas, esse benefício, por ser uma espécie do gênero "graça" (que nada mais é do que um indulto individual), está abrangido pela vedação constitucional. Por conseguinte, uma vez que há vedação expressa no texto constitucional, não pode um decreto prever a possibilidade de concessão de tal benefício aos agentes condenados pelo cometimento de tal delito.

2. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, em sessão realizada em 23/6/2016, por ocasião do julgamento do HC n. 118.533/MS, concluiu que o crime de tráfico de drogas, quando objeto de redução da pena por incidência da minorante prevista no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006 (chamado "tráfico privilegiado"), não deve ser considerado crime de natureza hedionda.

3. Ao retirar o caráter hediondo do crime de tráfico de drogas nos casos em que há incidência da minorante prevista no § 4º do referido dispositivo legal, apenas foi afastada a ideia de elevado grau de reprovabilidade, por equiparação com os crimes hediondos, que é inerente aos crimes previstos no art. 33, caput e § 1º da Lei n. 11.343/2006. A conduta delituosa do agente que é beneficiado com a citada minorante continua sendo a de tráfico de drogas, porquanto o § 4º não prevê uma nova conduta típica ou um tipo penal autônomo, mas tão somente uma causa especial de diminuição de pena.

4. Embora a conduta delituosa do agente que é beneficiado com a minorante prevista no § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006 continue sendo a de tráfico de drogas (haja vista que o § 4º não prevê uma nova conduta típica ou um tipo penal autônomo, mas tão somente uma causa

especial de diminuição de pena), é possível favorecê-lo com a concessão de graça ou anistia (e, conseqüentemente, de indulto), por não existir, em sua conduta, o caráter de acentuado grau de reprovabilidade que é inerente aos crimes hediondos e aos a eles equiparados.

5. Conquanto o tráfico de drogas, com a incidência da minorante, não deixe de ser crime de tráfico, deve-se conferir uma interpretação conforme ao inciso XLIII do art. 5º, para concluir, no que diz respeito especificamente à expressão "tráfico ilícito de entorpecentes", que a vedação constitucional alcança, tão somente, as condutas previstas no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 (tráfico de drogas) e as descritas no art. 33, § 1º, dessa lei (condutas equiparadas), em que não há a redução de pena do § 4º.

**6. Se o Decreto n. 8.615/2015, ao elencar as pessoas que não seriam alcançadas com as benesses nele previstas, o fez à semelhança do rol proibitivo previsto na Constituição Federal, também é razoável a conclusão de que o rol do art. 9º não engloba aqueles indivíduos que foram condenados por tráfico de drogas e foram beneficiados com a causa especial de diminuição de pena prevista no § 4º, tal como o ora paciente.**

7. Ordem concedida para, confirmada a liminar anteriormente deferida, afastar o impedimento de concessão de indulto ao paciente - em relação à condenação em que lhe foi imposta a pena de 4 anos, 8 meses e 4 dias de reclusão, em regime inicial semiaberto, pela prática do crime previsto no art. 33, *caput* e § 4º, da Lei n. 11.343/2006 (Processo n. 0004643-70.2016.8.26.0509) -, determinando, por conseguinte, ao Juízo das Execuções Criminais que examine os demais requisitos necessários para a concessão do referido benefício.

(HC n. 411.328/SP, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, 6ª T., DJe 9/10/2017)

À vista do exposto, com fulcro no art. 34, XX, do RISTJ, **concedo o habeas corpus, *in limine*, a fim de restabelecer a decisão do Juízo das execuções.**

Publique-se e intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

